



Decisão 02263/2021-9 - 1ª Câmara

Processo: 07550/2018-4

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: AUREO LUCIANO SANSON MOULIN

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – DETERMINAR – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

1. O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade, com expedição de determinação.

O RELATOR EXMO SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DA POLÍCIA CIVIL**, concedida ao servidor em epígrafe, a partir de **1/8/2018**, por meio da **Portaria 1529/2018** (fl. 127), com supedâneo no artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, c/c o art. 1º, inciso II, “a”, da Lei Complementar Federal 51/1985, alterada pela Lei Complementar 144/2014, e art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do artigo 71, inciso III, da

Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual, e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico 03943/2020-4 e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico 03162/2020-5, tendo sido devolvido à origem por meio do Protocolo 18021/2020.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 01379/2021-1, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luciano Vieira, nos termos do Parecer 03255/2021-6, em consonância parcial com o posicionamento da área técnica, pugnou pelo registro do ato, com expedição de **determinação**.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

O interessado aposenta-se no cargo de Investigador de Polícia – ESP 10, Número Funcional 375126/51, do Quadro Permanente da Polícia Civil, contando com 30 anos, 4 meses e 8 dias de serviço/contribuição (fl. 127), sendo os proventos fixados no valor de R\$ 9.276,68 (nove mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos), conforme fl. 126 dos autos.

Da análise do feito, verifico que o douto representante do *Parquet* de Contas divergiu parcialmente da área técnica, pugnando pelo registro do ato com expedição de determinação, no sentido de que: 1) retifique o ato concessor para fazer constar o fundamento constitucional contido no art. 2º da EC 47/2005, que confere paridade integral de revisão dos proventos de aposentadoria concedida com base no art. 6º, caput, da EC n. 41/2003; 2) que faça constar dos futuros atos de concessão de aposentadoria todos os dispositivos legais e constitucionais que fundamentam o direito e a fixação e revisão dos respectivos proventos; 3) que instrua os futuros atos de concessão de aposentadoria com demonstrativo da fixação de proventos, indicando os pressupostos fáticos e jurídicos constitutivos de cada rubrica integrante da totalidade da remuneração do servidor, e, 4) que na instrução dos futuros processos de aposentadoria, observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC nº 31/2014.

Assim, transcreve-se os termos do Parecer 03255/2021-6, *verbis*:

[...]

Na espécie, observam-se consumados os respectivos suportes fáticos, a saber: os requisitos de tempo de contribuição e efetivo exercício da atividade laborativa no serviço público em cargo de natureza estritamente policial.

Denota-se que os proventos, no valor de R\$ 9.276,68, fls. 67, evento 3, foram fixados de forma integral, correspondendo à totalidade da última remuneração do servidor na atividade, atendido, ainda, o critério de revisão de paridade consoante PARECER/CONSULTA TC-024/2013.

Nada obstante, conforme demonstrado a seguir, o ato concessório editado pelo órgão previdenciário, não está suficientemente fundamentado, o que não constitui óbice à autorização de registro por parte deste egrégio Tribunal de Contas, uma vez comprovada a legalidade do benefício na forma concedida, fazendo-se possível a retificação do ato *a posteriori*.

1.1 – Da fundamentação errônea do ato concessório

Dispõe o art. 15, § 1º, inciso IX, da IN TC n. 31/2014 que a autoridade administrativa deverá encaminhar a este egrégio Tribunal de Contas para a apreciação de sua

legalidade, mediante protocolo eletrônico, o ato original de concessão da aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva remunerada, devidamente numerado, datado e assinado pela autoridade competente, constando, ainda, nome do interessado; cargo, graduação ou posto ocupado (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência); dispositivo legal da aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada; amparo legal da fixação de proventos e data de vigência do respectivo ato.

A portaria elaborada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo menciona de forma equivocada os dispositivos constitucionais que regulamentam a revisão do benefício concedido.

Observa-se que a aludida portaria indica o art. 7º da EC n. 41/2003 como fundamento do direito à paridade na revisão dos proventos, quando, em verdade, tal suporte encontra-se no artigo 2º da EC n. 47/2005, conforme especificado expressamente no PARECER/CONSULTA TC-024/2013, *verbis*:

"Os policiais civis que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 terão direito a paridade, aplicando-se a interpretação analógica do artigo 2º. da EC 47/05 que concedeu o direito aos servidores que se aposentarem na forma do art. 6º. da EC 41/03."

A orientação contida no parecer consulta acima citado harmoniza-se com a jurisprudência deste Supremo Tribunal, que assentou o direito à paridade aos servidores públicos inativos que ingressaram no serviço público antes da vigência da Emenda Constitucional n. 41/2003, senão vejamos:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO.GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO,

INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 977/2005 DO ESTADO DE SÃO PAULO. DIREITO INTERTEMPORAL.

PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DA EC N. 41/2003 E SE APOSENTARAM APÓS A REFERIDA EMENDA. POSSIBILIDADE. ARTS. 6º E 7º DA EC N. 41/2003, E ARTS. 2º E 3º DA EC N. 47/2005. REGRAS DE TRANSIÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I Estende-se aos servidores inativos a gratificação extensiva, em caráter genérico, a todos os servidores em atividade, independentemente da natureza da função exercida ou do local onde o serviço é prestado (art. 40, § 8º, da Constituição). II Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC n. 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC n. 47/2005. III Recurso extraordinário parcialmente provido”

(RE 590.260, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe 23.10.2009, g.n.).

Nesse julgamento, o Ministro Relator afirmou que *“Com efeito, a EC n. 41/2003 extinguiu o direito à paridade dos proventos para os servidores que ingressaram no serviço público após a sua publicação, mas o garantiu aos que estavam na fruição da aposentadoria na data de sua publicação, estendendo-lhes quaisquer vantagens ou benefícios posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão (art. 7º da EC 41/2003)”* (g.n.).

No ato de aposentadoria devem constar todos os exatos dispositivos constitucionais e legais que fundamentam a concessão do benefício e a forma de fixação e revisão dos proventos.

Além de exigência regimental, a precisa indicação dos dispositivos legais e constitucionais que fundamentam a concessão da aposentadoria e a fixação e revisão dos proventos é imprescindível para o controle do ato e dos prospectivos efeitos em razão princípio *tempus regit actum* na seara previdenciária.

Logo, o art. 2º da EC n. 47/2005 deve constar da fundamentação do ato, pois integra a norma prevista no art. 7º da EC n. 41/2003, conforme consta expressamente do PARECER/CONSULTATC024/2013.

2 – CONCLUSÃO

Posto isso, oficia o Ministério Público de Contas:

2.1 – com fulcro no art. 71, inciso III, da CF c/c art. 117, inciso I, da LC n. 621/2012, que seja concedida autorização para registro do ato;

2.2 – nos termos do art. 1º, inciso XVI, da LC n. 621/2012, seja expedida determinação ao atual gestor do gestor do Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo para que:

- a) **retifique o ato para fazer constar o correto dispositivo constitucional que garante a paridade integral de revisão dos proventos de aposentadoria, remetendo-se a este egrégio Tribunal de Contas cópia da publicação do respectivo ato;**
- b) **que na instrução dos futuros protocolos eletrônicos relativos aos atos de aposentadoria, observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014.** – g.n.

No caso em apreço, entendo que em parte assiste razão ao douto representante do *Parquet* de Contas, quanto à expedição de determinação sugerida, sem necessidade de retorno de ato a este Tribunal de Contas.

Desse modo, acompanho parcialmente ao douto representante do Ministério Público Especial de Contas, expedindo a determinação sugerida, porém, sem necessidade de retorno de informação a este Tribunal de Contas, afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade da aposentadoria em apreço.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando parcialmente o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC- 2263/2021-9

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

1.1. REGISTRAR a **Portaria 1529/2018**, que concedeu aposentadoria ao Sr. **Aureo Luciano Sanson Moulin**, a partir de **1/8/2018**, com proventos fixados no valor de **R\$ 9.276,68** (nove mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos);

1.2. DETERMINAR ao IPAJM que proceda a retificação do ato para inclusão do art. 2º da EC 47/2005, sem necessidade de remessa da publicação a este Tribunal de Contas, promovendo-se os referidos ajustes em processos futuros, tal qual indicado pelo *Parquet* de Contas;

1.3. DAR CIÊNCIA aos interessados

1.4. ARQUIVAR os presentes autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 30/07/2021 – 34ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antônio da Silva (relator), Márcia Jaccoud Freitas (em substituição).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Heron Carlos Gomes de Oliveira

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente